



## **A invasão e a desocupação da Ilha do Bananal**

Patrícia de Mendonça Rodrigues

O médio Araguaia é caracterizado por um regime de inundações periódicas que divide o ciclo anual entre a estação da seca (entre maio e outubro) e a estação da cheia (entre novembro e abril). O regime de inundações produz o alagamento da Ilha do Bananal e planícies adjacentes às margens dos rios Araguaia e Javaés, tendo sido um impeditivo histórico à colonização mais intensa da região. Devido às peculiaridades ambientais do vale do Araguaia, as savanas periodicamente inundáveis ("varjão" ou bedero) são constituídas de vegetação natural propícia à pastagem, uma vez que não secam totalmente durante o período de estiagem.

Aproveitando-se dessas facilidades, o próprio SPI introduziu a criação de gado bovino na aldeia Santa Isabel, dos Karajá, no final dos anos 20 (Baldus, 1948), e na aldeia Canoanã, dos Javaé, nos anos 60. Nessa época, os funcionários do SPI dedicavam a maior parte de seu tempo à criação de gado, por meio da qual o órgão indigenista esperava obter rendimentos (Tavener, 1973).

Com a instalação de fazendas dedicadas à agropecuária nas margens do Araguaia e Javaés ao longo dos anos, a Ilha do Bananal tornou-se o refúgio predileto para o gado das fazendas vizinhas durante a estação da seca. A partir da década de 60, houve uma intensificação da invasão de criadores de gado na Ilha do Bananal, chegando a tal ponto que, em 1969, a própria Funai, recém-criada, instituiu uma cobrança de taxa pelo uso das pastagens. Calcula-se que, nos anos 70, havia cerca de 200.000 cabeças de gado na ilha durante a estiagem (Fénelon Costa, 1978).

O ato da Funai contribuiu para legitimar indevidamente a invasão do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia, de modo que o número de invasões aumentou consideravelmente, atingindo seu auge nos anos 80. Na época, dois povoados, situados às margens do rio Javaés, estavam consolidados dentro da Ilha do Bananal: Porto Piauí e Barreira do Pequi. Segundo dados da Sucam, havia 11.000 moradores não-índios na Ilha do Bananal em 1990 e, de acordo com a Funai, 300.000 cabeças de gado utilizavam suas pastagens naturais em 1991.

O arrendamento das pastagens foi um fenômeno histórico associado mais aos Javaé e ao território que ocupam do que aos Karajá. Na estação seca, o gado entrava na Ilha do Bananal mais facilmente atravessando o rio Javaés, que é bem mais estreito e raso que o Araguaia.

Os moradores não-índios da ilha dividiam-se historicamente entre os posseiros de residência permanente e os "retireiros", moradores de residência temporária (dos "retiros"), que trabalhavam como vaqueiros das fazendas de médio e grande porte da região. O gado era criado solto e contribuiu para a introdução de doenças entre os animais silvestres, para a erosão das margens de lagos e rios e para a destruição das roças, dos cemitérios indígenas, da vegetação nativa e sua substituição por pragas antes inexistentes. Atualmente, há grandes extensões de terra na Ilha do Bananal em que as amplas savanas foram substituídas por vegetação densa e inóspita depois da introdução do gado.

Insatisfeitos com a invasão crescente de seu território, o que os impedia de circular livremente (Toral, 1981, Bonilla, 1999), em 1989, um grupo de índios Javaé denunciou a invasão de posseiros junto à Procuradoria Geral da República. O poder judiciário determinou que a Funai retirasse os invasores, colocasse fim aos contratos de arrendamento irregulares e impedisse a entrada de estranhos no parque indígena. Nos anos 90, a Funai realizou um levantamento fundiário e deu início à retirada dos moradores não-índios, em parceria com o Incra, o que contribuiu para um agravamento da tensão entre os Javaé e os regionais.

A Funai encontrou 930 "retiros" dentro da Ilha do Bananal em 1993, com uma população de 4.650 pessoas. Cerca de 400 famílias foram consideradas como clientes do Programa de Reforma Agrária e assentadas pelo Incra em terras adquiridas na margem direita do rio Javaés. Os três assentamentos foram instalados em terras tradicionalmente usadas pelos Javaé e Avá-Canoeiro.

211 famílias optaram por não receber as indenizações pagas pela Funai e continuaram morando na Ilha do Bananal enquanto questionavam o valor das mesmas na Justiça.

O momento-símbolo desse processo de recuperação territorial ocorreu durante a retirada tensa, porém sem violência, dos moradores do povoado Porto Piauí em 1995 (Bonilla, 1997; 2000; 2003). O movimento de tomada das casas dos brancos, onde os índios passaram a morar desde então, foi liderado por Ijahuri Karajá, que tinha grande envolvimento com o movimento indígena nacional. A nova aldeia localiza-se em um sítio de ocupação antiga e é denominada desde então "Aldeia Txuiri".

Com o fim das operações da Funai em 1997, a ilha como um todo sofreu um considerável esvaziamento populacional de não-índios na sua porção mediana e setentrional, tendo inclusive havido uma recuperação visível da fauna e flora local em razão disso.

Por causa da resistência judicial dos não-índios que continuaram morando na ilha, o arrendamento das pastagens, sob controle dos Javaé desde os anos 70, não foi interrompido.

No novo milênio, embora o grupo como um todo não tivesse uma posição unânime em relação a essa questão, os caciques das aldeias javaé da Terra Indígena Parque do Araguaia permitiram a entrada periódica de vaqueiros e gado na área. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) regional (Porantim, 2007) calculou em cerca de 4.500 os não-índios (fixos e transitórios) morando na terra indígena em 2007. Em 2006, havia 95.065 cabeças de gado circulando na Ilha do Bananal (Fonseca, 2006).

No caso dos Javaé mais setentrionais, quando a Terra Indígena Inãwèbohona foi demarcada, em 2002, sob o regime de dupla afetação, permaneceu, entretanto, o conflito de interesses e competências entre o órgão indigenista e os índios, de um lado, e o Ibama, de outro, sobre uma mesma terra da União. Os Javaé da aldeia Txukòdè, que ficou dentro da nova terra indígena, resolveram também alugar os pastos de sua área, cujo exemplo foi seguido pelos Javaé de Boto Velho em 2003.

Em 2005, o Ibama obteve uma decisão judicial garantindo a retirada dos não-índios e do gado do Parque Nacional do Araguaia (incluindo a Terra Indígena Inãwèbohona). Houve um acordo intermediado por representantes do Ministério Público e da Funai.

Em maio de 2008, depois de quase 20 anos da ação proposta pelo Ministério Público, o poder judiciário determinou a imediata desocupação da Terra Indígena Parque do Araguaia. A decisão dividiu os Javaé e Karajá, uma vez que alguns líderes, em especial os das aldeias mais meridionais, eram favoráveis à permanência do gado e do arrendamento. A grande maioria dos Karajá e Javaé, no entanto, apoiou a desocupação da terra indígena.

Apesar do clima hostil e da resistência de não-índios em diversos lugares da Ilha do Bananal, agentes da Funai e de outros órgãos públicos promoveram a evacuação completa da Terra Indígena Parque do Araguaia durante a estação seca de 2008, removendo todos os ocupantes não-índios e respectivos rebanhos e demolindo os "retiros" utilizados como abrigo. No início de 2009, toda a Ilha do Bananal estava ocupada apenas pelos Javaé e Karajá, embora ainda fosse sistematicamente invadida por pescadores profissionais.

Em 2009, pela primeira vez desde a década de 30, toda a Ilha do Bananal esteve livre dos criadores de gado e seus rebanhos. Na estação seca de 2009, os moradores das aldeias constataram um aumento dos animais silvestres e dos peixes no interior da terra indígena, além da diminuição drástica das queimadas que todos os anos se alastravam na ilha e que eram, equivocadamente, atribuídas aos índios pelos órgãos ambientais.

Apesar da conquista histórica, a pressão para a utilização das pastagens naturais continua. Alguns rebanhos entraram clandestinamente na Ilha do Bananal na estação seca de 2009 e em setembro do mesmo ano representantes locais do Ministério Público e da Funai mediarum um acordo que permite o retorno do gado das grandes fazendas à área, sob o controle dos Javaé. A medida não tem a unanimidade dos Javaé nem o apoio de outras instâncias públicas, como dirigentes da sede da Funai ou outros

representantes do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União (AGU), mas desperta grande interesse entre os líderes indígenas, uma vez que o gado tornou-se, com o passar dos anos, importante fonte de renda monetária.